

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO: 20\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	380\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Decisão com Força de Lei n.º 6/78:

Concede, a seu pedido, exoneração do cargo de Presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde, ao Dr. Aníbal Lopes da Silva.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Despacho:

Aceitando o pedido de escusa de membro do Conselho Deliberativo da Brava formulado por José Cirilo Ramos.

Despacho:

Designando os substitutos do Delegado Regional do Governo.

Despacho:

Nomeando os membros efectivos e suplentes do Conselho Deliberativo do concelho do Maio.

Despacho:

Nomeando os substitutos do Delegado do Governo no concelho do Maio.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA:

Portarias n.ºs 53/78 e 54/78:

Manda que sejam efectuadas transferências de verbas atribuídas ao Gabinete do Primeiro-Ministro e a diversos Ministérios pelo orçamento geral vigente.

Portaria n.º 55/78:

Torna extensivo à sêmea de cereais e a outros produtos utilizados na alimentação do gado o regime estabelecido no n.º 1.º da Portaria n.º 4557, de 12 de Julho de 1954 e estabelece a forma de sua circulação entre as ilhas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Despacho:

Estabelecendo medidas a adoptar nos casos de conversão de subarrendamento ou de parceria em arrendamento.

Gabinete do Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

Ministério da Saúde e Assuntos Sociais

Direcção-Geral de Saúde.

Direcção-Geral dos Assuntos Sociais.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

NOTA: — No dia 31 de Dezembro de 1977, foi publicado um 3.º Suplemento ao Boletim Oficial n.º 53/77, com o seguinte:

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Portaria n.º 97/77:

Reforça as verbas do orçamento do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral».

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Decisão com Força de Lei n.º 6/78
de 5 de Agosto**

Usando da faculdade concedida pelo artigo 9.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, decido, para ter Força de Lei, o seguinte:

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da Cruz Vermelha de Cabo Verde, aprovados pelo Decreto n.º 52/77, ao Dr. Anibal Lopes da Silva concedo, a seu pedido, exoneração de Presidente da referida instituição, cargo para que foi nomeado por despacho de 16 de Outubro de 1975.

Publique-se.

Presidência da República, 28 de Maio de 1978. — O Presidente da República, **ARISTIDES MARIA PEREIRA**.

—oSo—

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho

José Cirilo Ramos, aceite, nos termos da alínea d) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, o seu pedido de escusa de membro do Conselho Deliberativo da Brava a partir da data em que embarcar para o estrangeiro.

Gabinete do Primeiro Ministro, 3 de Julho de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Nos termos do artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 23/78, de 15 de Abril, designo substitutos do Delegado Regional do Governo os seguintes camaradas:

- 1.º — Humberto Nascimento Morais — Director-Geral da Marinha e Portos;
- 2.º — Augusto António Costa Júnior — Director Regional de Educação e Cultura.

Gabinete do Primeiro Ministro, 1 de Agosto de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio como membros do Conselho Deliberativo do concelho do Maio, os seguintes camaradas:

Efectivos:

- Heitor Carlos Barbosa Silva — professor eventual;
- Olívio Socorro Barbosa — escrivão-contador;
- João António da Cruz Silva — professor do Ciclo Preparatório;
- Isaac Pinheiro — comerciante;
- Firmino Spencer — proprietário;
- Maria da Luz Fortes — professora monitora;

Suplentes:

- Adriano Pina Barbosa — funcionário público;
- Analina do Rosário de Pina — professora.

Gabinete do Primeiro Ministro, 2 de Agosto de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47/75, de 15 de Novembro, nomeio como substituto do Delegado

do Governo no concelho do Maio, os seguintes camaradas:

- 1.º — Heitor Carlos Barbosa Silva — professor eventual;
- 2.º — Olívio Socorro Barbosa — escrivão-contador.

Gabinete do Primeiro Ministro, 2 de Agosto de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

—oSo—

**MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO
ECONÓMICA**

Secretaria de Estado das Finanças

Portaria n.º 53/78

de 5 de Agosto

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado das Finanças que sejam efectuadas as seguintes transferências de verba:

Capítulos	Artigos	Números	Rubricas	Reforço ou inscrição	Anulação
			Gabinete do Primeiro Ministro		
4	—	—	Direcção-Geral da Informação		
	37	—	Vencimentos e salários...		200 000\$00
	39	—	Deslocações	200 000\$00	
				200 000\$00	200 000\$00
			Ministério do Desenvolvimento Rural		
5	—	—	Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas		
	29	—	Vencimentos e salários...		90 000\$00
	32	—	Horas extraordinárias...	90 000\$00	
				90 000\$00	90 000\$00
			Ministério da Saúde e Assuntos Sociais		
3	—	—	Direcção-Geral de Saúde		
	14	—	Vencimentos e salários...		600 000\$00
	22	—	Bens não duradouros:		
		1	Combustíveis e lubrificantes	250 000\$00	
		3	Consumos de secretaria.	150 000\$00	
	26	—	Investimentos:		
		1	Material de transportes.	200 000\$00	
				600 000\$00	600 000\$00

Secretaria de Estado das Finanças, 5 de Agosto de 1978. — O Secretário de Estado, *José Tomás Veiga*.

Portaria n.º 54/78

de 5 de Agosto

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado das Finanças que sejam efectuadas as seguintes transferências de verba:

Capítulos	Artigos	Números	Rubricas	Reforço ou inscrição	Anulação
6	22	25	Ministério da Defesa e Segurança Nacional		
			Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública:		
			Vencimentos e salários...		300 000\$00
			Deslocações	300 000\$00	300 000\$00
5	35	36	Ministério dos Transportes e Comunicações		
			Escola de Cabotagem:		
			Salários do pessoal eventual		212 180\$00
			Deslocações	50 000\$00	
			Bens não duradouros:		
			1 Alimentação, roupas e calçado	147 180\$00	
			Despesas gerais de funcionamento:		
			2 Comunicações	15 000\$00	
				212 180\$00	212 180\$00
			6	36	45
Procuradoria-Geral da República:					
Vencimentos e salários...		6 000\$00			
Deslocações	30 000\$00	24 000\$00			
7	47	47	Procuradoria da República:		
			Vencimentos e salários...	30 000\$00	30 000\$00
3	14	24	Ministério da Saúde e Assuntos Sociais		
			Direcção-Geral de Saúde:		
			Vencimentos e salários...		258 500\$00
			Hospital da Ribeira Grande:		
			Despesas gerais de funcionamento:		
			1 Encargos próprios das instalações	26 500\$00	
5	37	43	Direcção Regional de Saúde de Barlavento		
			Deslocações	90 000\$00	
			Despesas gerais de funcionamento:		
			2 Encargos com a saúde (hemoterapia)...	70 000\$00	
			3 Comunicações	72 000\$00	
				258 500\$00	258 500\$00

Secretaria de Estado das Finanças, 5 de Agosto de 1978. — O Secretário de Estado, José Tomás Veiga.

Direcção-Geral das Alfândegas

Portaria n.º 55/78

de 5 de Agosto

É de toda a conveniência facilitar e embaratecer a circulação inter-ilhas da sêmea de cereais e quaisquer outros produtos destinados à alimentação do gado;

Vista a informação prestada pela Direcção-Geral das Alfândegas;

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado das Finanças;

1.º É extensivo à sêmea de cereais e a outros produtos utilizados na alimentação do gado o regime estabelecido no n.º 1.º da Portaria n.º 4 577, de 12 de Julho de 1954.

2.º Os produtos referidos em 1. circularão entre as ilhas mediante Guias de Pequena Cabotagem, do modelo aprovado pelo n.º 3.º da Ordem de Serviço n.º 20/54, de 9 de Abril de 1954.

Secretaria de Estado das Finanças, 24 de Julho de 1978. — O Secretário de Estado, José Tomás Veiga.

—o—

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho

Os Decretos-Leis n.ºs 7/75 e 74/77 são omissos quanto ao procedimento a adoptar nos casos de conversão de subarrendamento ou de parceria em arrendamento quando, não obstante decisão nesse sentido da CCRA competente, o senhorio se recusa a outorgar no respectivo contrato.

Tendo em conta a necessidade de pôr termo a tal omissão;

No uso da faculdade conferida pelo artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 74/77, determino o seguinte:

1. Quando, não obstante decisão competente no sentido de conversão do subarrendamento ou parceria em arrendamento, o senhorio se recusar a outorgar o respectivo contrato, assinará por ele o presidente da CCRA da situação do prédio.

2. No contrato outorgado nos termos do número anterior far-se-á menção de que o mesmo é assinado pelo presidente da CCRA «por recusa do senhorio em dar cumprimento à decisão da CCRA de .../.../19...».

3. O determinado no presente despacho não prejudica o uso dos poderes conferidos pelos artigos 22.º a 24.º do Decreto-Lei n.º 74/77, de 13 de Agosto.

Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Rural, 14 de Julho de 1978. — O Ministro, João Pereira Silva.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração
Interna, Função Pública e TrabalhoDirecção-Geral da Função Pública
e Trabalho

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 14 de Março de 1978:

João do Nascimento de Burgo Correia Tavares — contratado para, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 21/76, de 6 de Março, exercer o cargo de director-técnico da Direcção da Educação Física e Desportos, com o vencimento mensal de 10 000\$ e efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1978.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 33.º, artigo 227.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Julho de 1978).

Despachos do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 6 de Março de 1978:

José Lopes da Lomba, agente de 2.ª classe n.º 28/561, da P.O.P. — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 34.º do Estatuto da Polícia, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 10, publicado no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 35/62, conjugado com o § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Avelino Gomes de Sena, agente de 2.ª classe n.º 226/569 da P.O.P. — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 34.º do Estatuto da Polícia, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 10, publicado no *Boletim Oficial* n.º 35/62 (Suplemento), conjugado com o § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Manuel Gomes — agente de 2.ª classe n.º 224/567, da P.O.P. — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 34.º do Estatuto da Polícia, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 10, publicado no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 35/62, conjugado com o § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 6.º, artigo 22.º da tabela de despesa do orçamento para 1978.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 29 de Junho de 1978).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 11 de Fevereiro de 1978:

Elias Fernandes Lopes Tavares — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 11.º, artigo 66.º do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 11 de Fevereiro de 1978).

De 18:

Benvido Florêncio Neves — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de guarda nocturno da Escola Preparatória do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 58.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Julho de 1978).

De 28 de Fevereiro de 1978:

Ricardina Pires Ferreira, professora do quadro do ensino primário — nomeada, nos termos do artigo 2.º do Estatuto do Funcionalismo, para desempenhar definitivamente o cargo de chefe do Departamento do Ensino Primário.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 24.º, artigo 164.º do orçamento vigente.

De 13 de Março:

Ana Francisca Barbosa, professora do quadro do ensino primário — nomeada nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para desempenhar provisoriamente o cargo de chefe do Departamento de Educação Extra-Escolar.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 22.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 28 de Julho de 1978).

De 10 de Maio:

Porfírio Dias Teixeira, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisorio, da Direcção-Geral de Educação — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 8.º, artigo 47.º da tabela de despesa do orçamento para 1978. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 29 de Junho de 1978).

De 13 de Junho:

Maria Alíria de Fátima Oliveira Chantre, professora do ensino primário elementar, de nomeação provisória — concedida a mudança de escalão prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto n.º 26/76, de 27 de Março, ficando com o vencimento correspondente à letra «N», a que se refere o Decreto-Lei n.º 125/77, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do mês de Outubro de 1977.

José Eduardo Marques Garcia, professor de posto escolar, contratado — concedida a mudança de escalão prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto n.º 26/76, de 27 de Março, ficando com o vencimento correspondente à letra «T», a que se refere o Decreto-Lei n.º 125/77, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do mês de Junho do corrente ano.

De 27:

Maria José Sousa, professora do quadro do ensino primário elementar — concedida a mudança de escalão, prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto n.º 26/76, de 27 de Março, ficando com o vencimento correspondente à letra «N» a que se refere o Decreto-Lei n.º 125/77, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do mês de Junho de 1977.

Os encargos resultantes da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 24.º, artigo 164.º, da tabela de despesa do orçamento para 1978. — (Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Julho de 1978).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 21 de Novembro de 1977:

José Maria Tavares Semedo — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de montador de telecomunicações de 3.ª classe, do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no artigo 1.º, n.º 1 do orçamento do Aeroporto «Amílcar Cabral». — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Julho de 1978).

De 12 de Julho de 1978:

Homologa a lista graduada de classificação dos candidatos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de 2.ª oficiais do quadro de exploração dos Serviços dos C.T.T., aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 25, de 18 de Julho de 1977:

	Valores
1 — Maria Rosa Silva Ferreira	14,1
2 — Maria das Dores Moraes Chantre	13
3 — José Coelho de Carvalho	12,9
4 — Maria do Rosário F. Alves Vieira	12,3
5 — Manuel António Fontes... ..	10,7

Homologa a lista graduada de classificação dos candidatos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de operador do quadro de exploração dos Serviços dos C.T.T., aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 25, de 18 de Junho de 1977:

	Valores
1 — José Vaz Monteiro... ..	17,05
2 — Filomena Maria de Jesus Coelho de Carvalho	15,8
3 — Maria Luísa Lima Moreira... ..	15,7
4 — Ambrosina Ramos Pimenta Maurício	15,5
5 — António Nunes de Pina	15
6 — Gabriela Ramos Soares Lopes	14,8
7 — Celeste Crispiniana Custódio Abreu	14,5
8 — Carlos de Jesus Teixeira	14
9 — Dalímácio Araújo D'as da Fonseca... ..	13,75
10 — José da Luz Pereira	13,5
11 — Albertina Maria Vieira Livramento	12,95

12 — Maria Eugénia de Jesus Teixeira Vieira de Andrade	12,5
13 — Lucília Duarte Dias Leitão... ..	12,4
14 — Inês Lopes da Veiga Barros	12,3
15 — Mário Augusto Monteiro	12,25
16 — Germana Brito Gomes... ..	12
17 — Andulo Lopes	11,5
18 — Adriano Pina Barbosa... ..	11
19 — Helena Constância Fortes Além Duarte... ..	10,85
20 — Maria Francisca Santos dos Reis	10,75
21 — Julia Amélia Pires Brito	10,7
22 — Félix Constantino Piedade	10,6
23 — João Simões de Santa Rita Vieira	10,5
24 — Carlos Edgard Moraes	10,3
25 — Virgínia Pina Araújo	10,2
26 — Francisco de Assis Ramos Évora	10,1
27 — Maria de Lourdes Lopes C. Barbosa	10,07
28 — José Monteiro de Pina... ..	10,05
29 — Etelvina Silves Ferreira Varela... ..	10
30 — Maria do Rosário de Fátima	6,75

Não compareceram à prestação das provas:

Alcides Canuto;
Eunice Augusta de Jesus A. T. F. Silva;
Margarida Gomes Machado;
Maria da Luz Almeida Teixeira de Moraes;
Maria da Luz Duarte Monteiro;
Maria Odeth Fonseca Fortes.

Homologa a lista graduada de classificação dos candidatos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de distribuidor de 3.ª classe do quadro de exploração dos Serviços dos C.T.T., aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 25, de 18 de Junho de 1977:

	Valores
1 — Inês Lopes da Veiga Barros	14,7
2 — Maria Luíza Lima Moreira... ..	14,6
3 — Haydée Maria Évora V. F. Querido	13,8
4 — José da Luz Pereira	13,5
5 — Adélia Tavares... ..	13,4
6 — Magda Elvira Tavares Moniz	13,3
7 — Adelaide Duarte Santos... ..	13,2
8 — Adriano Barbosa Vicente	13,1
9 — Dona Sol Monteiro Macedo	13
10 — Arlete Martins Cabral	12,9
11 — Filomena Oliveira Neves Santos	12,8
12 — Moisés Pereira Lobo Vieira	12,6
13 — Maria Paula Freitas	12,5
14 — Catarina Jesus Pina Barros... ..	12
15 — Clarisse Brito Oliveira Andrade	11,8
16 — Yolanda dos Santos	11,7
17 — Virgínia Pina Araújo	11,6
18 — Maria Sameiro de Barros	11,5
19 — Honorina Flalho Rocha Ferro	11,4
20 — Avelino Lopes Freire de Carvalho	11,3
21 — Fátima Maria Filomena C. Semedo	11,2
22 — Marta do Livramento Gomes	10,9
23 — Benvinda Rodrigues... ..	10,8
24 — Arlinda Vaz Furtado	10,7
25 — Maria Isabel de Brito	10,6
26 — José Maria Alves Teixeira... ..	10,5
27 — Domingos Lopes	10,4
28 — Pedro Landim de Brito	10,3
29 — Maria Salomé Lopes Rocha... ..	10,2
30 — Augusto Lopes Maia	10,1

31 — Júlia Maria da Cruz	10
32 — José Martins Andrade	8,8
33 — Maria Felicidade Rocha Semedo	8,8
34 — Ruth Helená de Lourdes C. Neves	8,1
35 — Maria Isabel Semedo L. R. Évora	7,7

Não compareceram a prestação das provas:

Alfredo Benvido de Fina;
 António Carlos Oliveira Mendes;
 António Jorge dos Santos Craveiro de Andrade;
 António Luís Sá Nogueira;
 Armando Augusto Höfffer Barreto;
 Josefina Monteiro Vaz Semedo;
 Joaquim Venceslau Morêira Freire de Carvalho;
 José António Monteiro;
 Lena Maria Pires Cortêa Lopes;
 Manuel Lopes;
 Maria José;
 Maria José de Carvalho Dias Monteiro;
 Maria do Livramento Silva;
 Maria de Lourdes Lopes Ribeiro Mendes Cardoso;
 Maria Odeth Fonseca Fortes;
 Maria Santinha Veiga Semedo;
 Nicolau Eloi da Restauração.

De 15 de Junho de 1978:

Atanázio Ferrer Marques, candidato classificado em concurso — nomeado para, provisoriamente, exercer o cargo de faroleiro de 2.ª classe, da Capitania dos Portos.

A despesa tem cabimento no dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 26.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Julho de 1978).

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 16 de Março de 1978:

Mário Duarte Monteiro — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de lubrificador de 3.ª classe, do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas.

De 20 de Abril:

Armando Abílio Dias — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de mecânico principal do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Julho de 1978.

De 11 de Maio:

José Santos Silva — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de supervisor de oficinas, do Centro de Manutenção e Equipamentos e Oficinas.

José Rui Tavares — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de encarregado de Armazém e Compra, do Centro de Manutenção e Equipamentos e Oficinas.

As despesas tem cabimento nas dotações inscritas no capítulo 5.º, artigo 29.º do orçamento vigente. — (Visado

pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Julho de 1978).

De 9 de Junho:

Walter António dos Santos — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de chefe de trabalho de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 53.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 3 de Agosto de 1978).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 14 de Junho de 1978:

José António dos Reis Silva, mecânico de 3.ª classe, do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 22 de Junho de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado encontra-se incapaz de continuar exercer as suas actividades profissionais, dado a doença invalidante de que é portador.

De 15:

Rosa Perpétua Antunes Gomes Pimenta Lima — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de monitora de infância, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais.

A despesa tem cabimento no dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 50.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Julho de 1978).

José dos Santos Baptista, auxiliar de enfermagem da Direcção-Geral de Saúde — concedida, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, a 1.ª diuturnidade correspondente a 10% do respectivo vencimento, com efeitos a partir do mês de Novembro de 1976.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 14.º da tabela de despesa do orçamento para 1978. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Julho de 1978).

De 19:

Maria de Fátima Querido Varela Teixeira, operadora dos Serviços dos Correios e Telecomunicações — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 29 de Junho de 1978, que é do seguinte teor:

«A incapacitada sofre de doença que a incapacita de continuar a exercer as suas actividades profissionais».

Observações: A doença apresentada pela examinada e que a incapacita para continuar a exercer as suas actividades profissionais, apareceu no decurso do exercício das referidas actividades profissionais.

De 24:

Daniel Fortes da Cruz Semedo, 1.º escriturário do Banco de Cabo Verde, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado para o exterior e com urgência, para um centro especializado de otorrinolaringologia e de reeducação ortofónica, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir uma melhoria das funções do aparelho de fonação com o tratamento adequado».

Obs: Evacuar para Portugal.

De 28:

Arcelinda da Conceição Chantre Silva, enfermeira de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — nomeada definitivamente no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Julho de 1978).

De 17 de Julho:

Aguiinaldo Almeida Gominho, inspector escolar da Direcção-Geral de Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado para o exterior e para um centro especializado de gastroenterologia por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir que a sua vida possa vir a perigar com a sua permanência neste Estado».

Obs.: Evacuar para Portugal.

De 20:

Audília Gonçalves Delgado, esposa de Manuel Delgado, microscopista da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada com máxima urgência para o exterior e para um centro especializado de obstetrícia, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir que a vida do feto pode perigar com a permanência da gestante neste Estado. Evacuar para Portugal».

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 6 de Junho de 1978:

Amílcar Soares Ribeiro, 3.º oficial de nomeação provisória do Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — reconduzido, por mais 3 anos, no referido cargo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 53.º da tabela de despesa do orçamento para 1978. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Julho de 1978).

De 14:

Maria de Lourdes Duarte, escriturária-dactilógrafa, interina, candidata classificada em concurso — nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa

de 2.ª classe, do Centro de Recolha de Usos e Costumes Jurídicos Nacionais (CEJURI), do Ministério da Justiça.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 18.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Julho de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Justiça, em substituição do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 14 de Julho de 1978:

Aquino Renato Ferreira Fontes Gonçalves, chefe de secção da Direcção-Geral da Administração Interna — concedidos 3 meses de licença registada, com efeitos a partir do mês de Julho em curso.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 27 de Março de 1977:

José Vieira Martins, faroleiro de 2.ª classe dos Serviços de Farolagem de Cabo Verde, desligado de serviço para efeitos de aposentação, por portaria de 13 de Setembro de 1968, publicada no *Boletim Oficial* n.º 38/68 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 25 733\$, fixada de harmonia com os artigos 445.º e seus parágrafos e 447.º ambos do Estatuto do Funcionalismo, acrescida de aumentos atribuídos à classe inactiva, a partir da data da sua desligação, correspondente a 34 anos, 3 meses e 7 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do já citado diploma.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 13.º, artigo 90.º do orçamento para 1977. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 28 de Abril de 1977).

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 19 de Junho de 1978:

Manuel Domingos Branco Vicente, oficial do quadro técnico-adiuaneiro, exercendo, interinamente, as funções de verificador do mesmo quadro — nomeado definitivamente, no referido cargo de oficial, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 13.º, artigo 102.º da tabela de despesa do orçamento para 1978. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Julho de 1978).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato:

De 2 de Maio de 1978:

Maria Madalena Duarte Almeida Barbosa, licenciada em Finanças — nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral do Comércio, com efeitos retroactivos à data de 23 de Março de 1978.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 49.º do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Julho de 1978).

De 12 de Junho:

Avelina Albertina Merkel — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 2.º oficial, da Direcção-Geral de Artesanato.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 58.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 12 de Julho de 1978).

Despacho do Camarada Director-Geral por Delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 28 de Julho de 1978:

Inês Vieira de Andrade, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 24 de Novembro de 1966 a 17 de Julho de 1967	—	7	24
De 21 de Novembro de 1967 a 31 de Janeiro de 1978	10	2	11
Soma ou total	10	10	5

Despachos do Camarada Secretário-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, por delegação do Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 3 de Julho de 1978:

Noel Cristalino Delgado, desenhador da Direcção Regional das Obras Públicas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Junho de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos noventa dias para tratamento, a contar de 22 de Abril de 1978, altura em que começou a faltar ao serviço, findos os quais deverá de novo voltar a esta Junta».

Celeste Crispiniana Custódio Abreu, ajudante de tráfego de 3.ª classe dos Correios — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Junho de 1978, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deverá continuar o tratamento médico por mais um período de 90 dias findo o qual voltará de novo a esta Junta».

António Francisco Lima, guarda do cais e terraplenos, do Ministério dos Transportes e Comunicações — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Junho de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos noventa dias de licença para tratamento, a partir da data em que foi internado no Hospital — 25 de Abril de 1978 — findos os quais voltará de novo a esta Junta».

De 7 de Julho de 1978:

António Sátiro Andrade, mestre eventual da Escola Industrial e Comercial do Mindelo — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 6 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos mais noventa dias de licença para tratamento, findos os quais deverá de novo ser presente a Junta de Saúde».

De 13:

Tito Euclides Gomes da Costa, servente da Direcção-Geral do Comércio — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos noventa dias para tratamento e repouso, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Obs: Os dias ora concedidos devem ser contados a partir do dia 9 (nove) de Junho do corrente ano.

Ângela Cristina Pires Correia Gonçalves Mendes, 3.º oficial da Direcção-Geral da Administração Interna — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada devem ser concedidos trinta dias para tratamento e repouso, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 14:

Manuel Alves Borges, agente de 2.ª classe da Polícia de Ordem Pública do Ministério da Defesa e Segurança Nacional — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 6 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado já se encontra apto a retomar as suas actividades profissionais, devendo continuar em tratamento ambulatorio na consulta externa de fisiologia no Hospital da Praia, até ao fim deste ano.

Obs.: Até ao fim do ano o examinado deverá fazer tarefas moderadas e apresentar-se à Junta semestralmente».

De 17:

Maria Guilhermina Teixeira Marques Tavares, professora de posto escolar, contratada — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser presente a uma consulta especializada de oftalmologia, na Praia, no próximo mês de Agosto após o regresso do médico especialista que actualmente se encontra de férias.»

De 24:

Agnelo Jorge, agente fiscal de 2.ª classe do Ministério da Defesa e Segurança — Departamento da Polícia Económica Fiscal — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 24 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos noventa dias para tratamento e repouso, findo os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Obs.: Os dias concedidos devem ser contados a partir da data da produção da lesão.

Eduardo dos Santos Rosário, guarda de armazém do Ministério dos Transportes e Comunicações, (Transportes Aéreos) — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado encontra-se apto para continuar a exercer as suas actuais actividades profissionais».

Pedro Romano Bettencourt, chefe de secção do Gabinete de Cadastro e Inquéritos — homologado o parecer da

Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos mais trinta dias para a recuperação funcional da mão direita, findos os quais deve ser de novo presente à Junta».

Inês Vieira de Andrade, professora de Posto Escolar, contratada — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 22 de Junho de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada já se encontra apta para retomar as suas actividades profissionais».

Maria da Conceição Ribeiro Pinto Cochoffel Encarnação, professora cooperante — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Julho de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada já se encontra apta a retomar as suas actividades profissionais, devendo, contudo, continuar a ser seguida periodicamente em consultas externas de genecologia no Hospital da Praia».

Extracto de Contrato:

De 13 de Julho de 1978:

José Marreiros de Mendonça — contratado, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para exercer o cargo de Técnico de Finanças, da Direcção-Geral de Finanças, com o vencimento mensal de 25 000\$, casa mobilada ou se o cooperante preferir, um subsídio de renda de casa.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 11.º, artigo 80.º da tabela de despesa do orçamento para 1978. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 3 de Agosto de 1978).

Extracto da sessão do Conselho Deliberativo do Secretariado Administrativo de S. Vicente:

De 12 de Janeiro de 1978:

Alberto Francisco Oliveira — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de serralheiro mecânico de 3.ª classe, do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 42.º, n.º 1 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 18 de Junho de 1978).

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 3 de Agosto de 1978. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

oSo

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Direcção-Geral de Saúde

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 24 de Julho de 1978:

João Maria Pereira Matos, 3.º oficial, interino da Direcção-Geral de Saúde em serviço na Direcção Regional de Saúde de Barlavento, em S. Vicente — exonerado a seu pedido a partir de Agosto do corrente ano.

Despacho do Director-Geral de Saúde:

De 24 de Julho de 1978:

Ivone Maria Almeida Semedo, servente, assalariada, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço na enfermaria de Pediatria do Hospital da Praia — punida com a pena prevista no n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionismo, correspondente a 7 dias de perda de salário.

Direcção-Geral de Saúde, na Praia, 25 de Julho de 1978. — O Director-Geral, *António José Cohen*, téc. sup. 1.ª classe.

Direcção-Geral dos Assuntos Sociais

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que Filomena Maria Nobre Ferreira, auxiliar de educadora de infância, interina, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, nomeada por despacho de 2 de Fevereiro de 1978, visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 25 de Maio de 1978 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 23, de 10 de Junho de 1978, tomou posse do referido cargo em 1 de Julho de 1978.

Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, na Praia, 18 de Julho de 1978. — O Director-Geral, *Alcestina de Oliveira Tolentino*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

o

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Serviços das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 45 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber, que no próximo dia 10 de Agosto às 10 horas, no recinto desta Alfândega se procederá a venda em hasta pública (2.ª praça) das mercadorias abaixo discriminadas e constantes do processo administrativo n.º 53/76.

Lote único: — Constituído por 100 caixas com 1190 garrafas contendo aguardente bagaceira com a capacidade de 1190 litros com o peso bruto de 2380 kgs de origem portuguesa, na base de licitação de 49 654\$.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos do costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 28 de Julho de 1978. — O Director, *Daniel Andrade Sousa*.

(74)

Secretaria de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato

Direcção-Geral do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se informa que foram fixados os seguintes preços de venda do bacalhau:

Preço de venda da EMPA aos retalhistas, na Praia, em S. Vicente e no cais nas outras ilhas ... 40\$00/quilo

Preço de venda ao público na Praia, em S. Vicente e no cais nas outras ilhas ... 45\$00/quilo

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 1 de Agosto de 1978. — O Director-Geral, *Georgina de Mello*.

AVISO

Para os devidos efeitos se informa que foram fixados os seguintes preços de venda da cerveja «Clok»:

1 cartão c/24 garrafas de 0,331 — grossista ... 325\$00
1 garrafa de 0,331 — retalhista ... 15\$50

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 29 de Julho de 1978. — O Director-Geral, *Georgina de Mello*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

AVISO

Por determinação do Camarada Ministro de Justiça, se torna público que, pelo prazo de 90 dias, a contar deste aviso no *Boletim Oficial*, está aberto concurso de provas práticas para o preenchimento de uma vaga de Secretário do Tribunal Administrativo e de Contas.

I — Ao mencionado concurso poderão candidatar-se:

- a) Os escrivães de Direito de 1.ª classe;
- b) Os indivíduos maiores de 21 anos de idade, habilitados com o 2.º ciclo liceal (ex-7.º ano) ou equivalente, com, pelo menos, um ano de bom e efectivo serviço público;
- c) O actual ajudante de Secretário.

II — Os interessados devem pedir a sua admissão ao referido concurso, em requerimento dirigido ao Camarada Ministro da Justiça, com assinatura reconhecida por notário, acompanhado dos seguintes documentos, os quais deverão ser entregues na Secretaria-Geral deste Ministério:

- 1.º Certidão do registo do nascimento de narrativa completa;
- 2.º Certidão de habilitações literárias;
- 3.º Certidão comprovativa do tempo e informação do serviço referidos na alínea b) do n.º 1 deste aviso.

III — Para fins do disposto no § 2.º do artigo 16.º do Estatuto do Funcionalismo, as provas práticas deste concurso versarão sobre as seguintes matérias:

- 1.º O Regimento do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 74 de 25 de Fevereiro de 1928, em tudo o que não contrarie, na parte respectiva, ao Código do Processo Civil vigente;
- 2.º O Estatuto do Funcionalismo;
- 3.º Noções Gerais do Direito Administrativo;
- 4.º Conhecimento do conteúdo do Decreto-Lei n.º 25/78, de 11 de Março de 1978, in *Boletim Oficial* n.º 15/78.
- 5.º Elaboração esquemática de uma conta em processo, de harmonia com a tabela aprovada pelo Decreto provincial n.º 19/73, in *Suplemento ao Boletim Oficial* n.º 47/73, a qual revoga a tabela anexa ao Regimento de 1928;
- 6.º Conhecimento das funções específicas do Secretário do Tribunal Administrativo, enumeradas no artigo 673.º da Reforma Administrativa;
- 7.º Noções Gerais do Programa e do Estatuto do PAIGC;
- 8.º Noções sobre a Lei da Organização Política do Estado.

IV — Em igualdade de classificação, são condições de preferência:

- a) maiores habilitações literárias;
- b) maior tempo de serviço prestado ao Estado.

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Praia, 25 de Julho de 1978. — O Chefe de Secretaria, *Miguel Alves Ferreira*.

Montepio dos Servidores do Estado

EDITOS DE 90 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber que, por óbito de Alvaro Matias Ângelo, que foi 1.º verificador das Alfândegas de Moçambique, e pensionista-sócio do Montepio, foi requerida por sua viúva Ester de Assunção de Morais Pereira Matias Ângelo, a transmissão da pensão deixada pelo extinto.

Ficam por estes editos avisados quaisquer interessados para, no prazo de 90 dias após a segunda publicação deste aviso no *Boletim Oficial* deduzirem os seus direitos à mesma pensão ou impugnarem os da requerente.

Findo o prazo dos editos a Direcção julgará as reclamações, se as houver, e autorizará ou não a transmissão da pensão.

Secretaria do Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde, na Praia, 26 de Julho de 1978. — O Secretário da Direcção, *Daniel Andrade Sousa*.

(75)